

## DESAFIOS E CAMINHOS DO ENSINO DE HISTÓRIA PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Maria Leonilde da Silva <sup>1</sup>

Cátia Silene da Silva Araújo Pereira <sup>2</sup>

### RESUMO

O reconhecimento da diversidade da população brasileira está presente em diversos documentos, começando pela Constituição Brasileira, expressando a busca pelo bem de todos/as os brasileiros/as. Partindo desse pressuposto, torna-se imperativo pensar em como incluir crianças e adolescentes com deficiência intelectual no ambiente escolar, de modo que venham a participar do processo educativo. Considerando que muitos/as docentes não possuem formação acerca da educação especial, garantir que estudantes com deficiência intelectual sintam-se pertencentes ao contexto escolar é um grande desafio. Este trabalho tem como objetivo discutir os desafios e os caminhos encontrados na construção da aprendizagem de alunas/os com deficiência intelectual no âmbito do ensino de História. O interesse pela temática aqui apresentada partiu do meu cotidiano profissional como professora no ensino fundamental II, em uma escola municipal com um número considerável de estudantes com deficiência intelectual. Assim, o trabalho se configura como um relato de experiência, buscando um alinhamento entre teoria e prática, mostrando que caminhos o/a docente pode seguir na tentativa de auxiliar o/a discente na construção de sua aprendizagem. No caso aqui referenciado, trataremos sobre as atividades adaptadas e sua importância como recurso pedagógico. O arcabouço teórico foi construído a partir de artigos e marcos legais como as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013), Brasil (1988, 2011) e ajudou-nos na elaboração deste trabalho. Através de sua realização foi possível perceber que é imprescindível o acolhimento e o entendimento de que todas/os estudantes podem aprender e lhes ajudar nesse processo, garantindo que possam avançar em sua caminhada educacional, pessoal e social.

**Palavras-chave:** Ensino, História, Deficiência Intelectual, Estudantes, Inclusão.

### INTRODUÇÃO

A educação é um direito, e está presente na constituição brasileira como condição para que o indivíduo seja capaz de desenvolver-se plenamente, tanto como cidadão como sujeito qualificado para o trabalho. Outra prerrogativa presente do documento diz respeito a sua oferta ser direcionada a todo/a cidadão/ã brasileiro/a. Sendo assim, pensamos que a inclusão deva estar presente no ambiente escolar, buscando atender as necessidades dos/as vários/as estudantes inseridos/as neste cenário.

Considerando a importância da educação para o crescimento de uma pessoa, buscamos através deste trabalho discutir os desafios e caminhos do ensino de História para estudantes com deficiência intelectual no ensino fundamental II. A pesquisa se configura como um relato de experiência, assim abordaremos atividades realizadas em sua aula, bem como vivências

---

<sup>1</sup>Docente da Prefeitura Municipal de Juripiranga - PB, leonildemestranda@gmail.com

<sup>2</sup>Docente da prefeitura Municipal de Juripiranga - PB, catiasileneap@gmail.com

cotidianas junto a estudantes com deficiência intelectual matriculados nesta etapa de ensino em uma escola municipal de Juripiranga – PB.

Este trabalho surge da compreensão que temos acerca de uma educação que respeite os/as educandos, considere suas singularidades e busque diferentes caminhos para fazê-los/as sentir-se pertencentes ao ambiente escolar, bem como capazes de aprender. Uma educação que seja forjada no reconhecimento e valorização dos sujeitos e suas particularidades. Entretanto, sabemos que não sido fácil, pois muitos fatores estão envolvidos no processo educativo e reverberam na escola e na forma como seus agentes a conduzem. Todavia, não podemos nos deixar abater ou sermos vencidas/os pelos percalços que surgem no caminho, pelo contrário, devemos buscar junto a nossos pares meios para vencer os óbices que nos perseguem e conduzir nossa prática no sentido de oportunizar a todos/as os/as estudantes a construção do conhecimento.

Temos como objetivos discutir o que é educação inclusiva e os desafios para incluir estudantes com deficiência intelectual no ensino fundamental II; identificar os caminhos que podem nos ajudar a superar os obstáculos na construção de uma educação inclusiva; analisar a importância do ensino de História na formação de cidadãos/ã ativos/as e participativos/as.

Para a realização do presente relato nos debruçamos em material teórico como documentos oficiais, pareceres e artigos científicos que nos forneceram informações relevantes na feitura deste trabalho. Material que aliado à nossa prática coadunou saberes e experiências que nos ajudaram tanto na teoria quanto na prática cotidiana. Nele apresentamos algumas ações bem como atividades realizadas no âmbito escolar com objetivo de acolher o/a aluno/a com deficiência intelectual e ajudá-lo/la na aquisição de conhecimentos relacionados a disciplina de História.

Compreendemos que para a educação acontecer efetivamente é necessária a união de muitas pessoas com o mesmo objetivo, entretanto nem sempre isso é possível, pois cada um/a tem seus próprios interesses, suas subjetividades, suas vivências e assim vai se construindo individualmente a partir desses elementos. Muita coisa ainda há por fazer, porém, acreditamos que cada um/a pode fazer a sua parte nessa jornada rumo a mudanças de vida e de mentalidades, pois cada semente plantada é caminho para que uma nova flor possa nascer e embelezar ainda mais a primavera.

## **METODOLOGIA**

Para responder aos objetivos propostos na construção desse trabalho realizamos uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório e descritivo, pois pretendíamos obter maiores informações sobre a temática pesquisada e assim compreender melhor o objeto que despertou nosso interesse para investigação. Para Córdova e Silveira (sd, p. 32) “a pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais”. Desse modo, tencionamos identificar diferentes percepções sobre educação inclusiva, a importância do ensino de História para discentes com deficiência intelectual.

Como nos debruçamos em vasto material escrito, ela se configura como uma pesquisa bibliográfica, cujo objetivo foi adquirir novos conhecimentos acerca do tema. Segundo Prestes (2012), esse tipo de pesquisa atende aos objetivos de diferentes sujeitos, tais como alunos/as em formação acadêmica, como também a outros/as pesquisadores/as.

Por se tratar de um trabalho voltado ao ambiente escolar, haja vista ter sido realizada em uma escola no município de Juripiranga-PB, com estudantes matriculados em turmas do ensino fundamental II, nossa pesquisa se caracteriza como um estudo de caso. Segundo Gil (2002, p. 54) este tipo de pesquisa “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados”.

Percebemos assim a importância do trabalho tanto por tratar de algo relacionado ao cotidiano profissional de muitas pessoas, como também para suscitar novas pesquisas e questionamentos, haja vista ser uma temática inesgotável. Além de ter oportunizado a aquisição de novos conhecimentos acerca do tema abordado, a realização das leituras e estudos permitiram compreendermos a relevância do nosso papel como agente de mudanças dentro e fora da escola.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

A escola tem um poder e um importante papel na construção de conhecimentos e também na transformação de realidades, pois é através dela que diversos sujeitos vão ter acesso aos saberes produzidos ao longo da história da humanidade, em diferentes tempos e espaços. Segundo Young (2017, p. 1294), “as escolas capacitam ou podem capacitar jovens a adquirir o conhecimento que, para a maioria deles, não pode ser adquirido em casa ou em sua comunidade e para adultos, em seu local de trabalho”. Assim, percebemos a escola como um espaço

socializador por congregar inúmeros sujeitos em interface com suas distintas experiências e vivências.

A proposta de uma sociedade justa, sem discriminação de qualquer natureza e preocupada com o desenvolvimento de todos/as os/as brasileiros/as está presente na Constituição Federal de 1988 que esboça em seu 3º artigo, inciso IV o seguinte objetivo: “-promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

A educação como um direito de todos/as proposta em nossa constituição alude a importância desta na vida de uma pessoa. Sendo assim, identificamos a educação inclusiva como parte essencial dessa busca por uma sociedade forjada no exercício da cidadania.

Todavia, sabemos que esta não tem sido uma tarefa fácil, tampouco é uma busca próxima de findar-se, haja vista os óbices cotidianos (exclusão, preconceito, discriminação) enfrentados por aqueles/as considerados/as fora da curva social, educacional.

A educação formal tem grande relevância para a formação de cidadãos críticos e conhecedores de seus direitos civis, políticos e sociais. Torna-se, então, fundamental a reflexão por parte de nós profissionais da educação sobre a presença das formas que conduzem às desigualdades na sociedade e também no espaço escolar (CAVALLEIRO, 2001, p. 142).

Ao ofertar a educação formal a escola e seus agentes são peças fundamentais para colocarem em prática o pressuposto de uma educação emancipatória, que busque reconhecer, valorizar e respeitar as diferenças, contribuindo para o desenvolvimento de futuros/as cidadãos/ãs comprometidos/as com a participação social solidária e inclusiva. Mas precisam refletir e combater em seu interior as barreiras que impedem o acesso e o progresso educacional de estudantes com deficiência intelectual.

Pois:

A educação básica é direito universal e alicerce indispensável para a capacidade de exercer em plenitude o direito à cidadania. É o tempo, o espaço e o contexto em que o sujeito aprende a constituir e reconstituir a sua identidade, em meio a transformações corporais, afetivo-emocionais, socioemocionais, cognitivas e socioculturais, respeitando e valorizando as diferenças. Liberdade e pluralidade tornam-se, portanto, exigências do projeto educacional. (BRASIL, 2013, p.17)

Liberdade para ser quem é, plural por que somos muitos/a em um/a só. Portanto, cabe a escola a mudança de paradigmas no sentido de coadunar esforços para que essa intenção possa efetivamente se concretizar.

Para tanto, há que se realizar uma ruptura entre como é a educação atualmente e o como deve ser para que possamos de fato quebrar as algemas que impedem efetivamente a inserção de inúmeras crianças com deficiência intelectual na escola.

Pensar numa perspectiva de Educação Inclusiva pressupõe repensar um novo modelo de instituição escolar, de formação inicial de professores e um novo modelo de sociedade. São processos que estão intimamente imbricados e atravessa o sistema educacional brasileiro como um todo. Há uma urgente necessidade de se recriar um modelo educacional que supere os conceitos tradicionais e valorize as potencialidades e não as limitações de nossos educandos. (ALVES, CASTRO, 2018, p. 7).

Em um espaço em que muitas vezes se prega a homogeneidade, a nivelção dos sujeitos a um mesmo modelo ou patamar, pretender e fazer com que todos/as participem e sintam-se incluídos/as e integrados/as, mostrando suas possibilidades de atuação, seus saberes e vivências é derrubar muros e construir degraus rumo a um novo contexto de aprendizagem, de reparação de direitos, bem como um novo exercício de cidadania.

Embora a inclusão educacional seja referenciada também em marcos normativos internacionais, a exemplo da Declaração de Salamanca, ocorrida na Espanha em 1994 e a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, que ocorreu em Jomtien na Tailândia, em 1990, poucos avanços foram sentidos na direção de sua oferta. Pois ainda existe um estigma muito forte em relação aos/as estudantes com deficiência intelectual, especialmente o de que não vão aprender, que não adianta fazer muita coisa por ele/a.

A inclusão escolar implica além de mudanças nos espaços educativos, mudanças que envolvem todo o cenário educacional. São transformações fundamentais que vão desde a ação do professor em seus espaços de trabalho, ou seja, o fazer pedagógico até a proposta de reformulação da política educacional brasileira. Pensar numa perspectiva de Educação Inclusiva pressupõe repensar um novo modelo de instituição escolar, de formação inicial de professores e um novo modelo de sociedade. São processos que estão intimamente imbricados e atravessa o sistema educacional brasileiro como um todo. Há uma urgente necessidade de se recriar um modelo educacional que supere os conceitos tradicionais e valorize as potencialidades e não as limitações de nossos educandos (ALVES e CASTRO, 2018, p. 7).

A citação acima converge com o exposto e nos convoca a quebrar as barreiras que ainda impedem a construção de uma educação para todos/as. Não é fácil, haja vista as dificuldades ainda enfrentadas no ambiente escolar por aqueles/as considerados/as diferentes. Pois as transformações pretendidas não dizem respeito apenas a prática docente, mas a um conjunto de elementos, sujeitos e ações envolvidos no contexto educacional.

No escopo deste pensamento, temos um compromisso com nossos/as alunos/as. Faz-se necessário mostrar as crianças com deficiência intelectual, quando de sua entrada no ambiente escolar, sua importância dentro desse espaço. Levando-os a despertar no sentido de enxergar o seu valor como pessoa e sujeito social, como sujeito de direitos, para que possam ter o

sentimento de pertencimento em meio a tantos diferentes. Reconhecendo na diversidade o poder e a beleza de cada um.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **Fazendo acontecer**

O ensino de História está alinhado com a proposta de uma educação inclusiva, pois um dos seus objetivos é “valorizar o direito de cidadania dos indivíduos, dos grupos e dos povos como condição de efetivo fortalecimento da democracia, mantendo-se o respeito às diferenças e a luta contra as desigualdades” (Brasil, 1998, p. 43).

O respeito a cidadania é condição sine qua non para que a democracia possa realmente se efetivar e trazer benefícios para todos/as os/as brasileiros/as. Além disso, devemos cada um/a lutar contra as desigualdades que marcam nossa sociedade, não importa quais sejam, e impedem o pleno desenvolvimento do país e de seu povo.

Partindo de uma perspectiva que busca o reconhecimento e a valorização de cada indivíduo, pensamos que a educação inclusiva deva ser basilar na construção desses valores, pois não se trata apenas de garantir a entrada de uma pessoa no contexto da escola, mas oportunizar as condições necessárias para que ali ela possa aprender e desenvolver suas habilidades junto a tantos outros sujeitos igualmente diferentes.

Desse modo, a oferta da educação inclusiva para alunos/as com deficiência intelectual perpassa pelo que preconiza os documentos oficiais, bem como pelo que objetiva o ensino de História numa perspectiva de respeito, reconhecimento e valorização do ser humano em sua plenitude e em sua capacidade de ser e estar no mundo.

Por tudo isso, a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora. Ela provoca uma crise escolar, ou melhor, uma crise de identidade institucional, que, por sua vez, abala a identidade dos professores e faz com que seja ressignificada a identidade do aluno. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais. (MANTOAN, 2003, p. 20)

A ausência de uma formação que oportunize a compreensão acerca das especificidades dos/as estudantes e seu aprendizado, bem como a falta de recursos didáticos voltados para o público com deficiência intelectual são desafios ao trabalho docente. Entretanto, considerando

que nenhum/a estudante pode ficar para trás, devemos encontrar caminhos para ajudá-los/as a superar os obstáculos que lhes são impostos cotidianamente.

O primeiro passo é buscar apoio junto aos docentes que atendem nas salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Criadas pelo governo federal são uma política educacional importantíssima no que concerne à educação inclusiva. A saber:

O Decreto nº 6.571/2008, que dispõe sobre o atendimento educacional especializado e regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394/96 define: § 1º Considera-se atendimento educacional especializado o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular. (ALVES e CASTRO, 2018, p.10).

De acordo com o referido documento, as salas de AEE não substituem a sala de ensino regular, mas funcionam como um suporte ao trabalho realizado pelo/a docente deste espaço. Os/as discentes com deficiência intelectual, desde que os pais concordem, têm o direito de ser atendidos/as pelo/a professor/a do AEE, de preferência no contraturno escolar (BRASIL, 2009).

Entretanto, assim como a ausência de formação, nem todos os municípios ou escolas dispõem desse suporte. Restando ao/a professor/a encontrar meios de ajudar o/a estudante a desenvolver suas habilidades no âmbito escolar, para que possa avançar também fora dele.

No município onde a referida pesquisa foi realizada todas as escolas dispõem de salas de AEE, como também de cuidadoras para auxiliar os/as discentes em suas atividades cotidianas. O município oferece também um Centro de Atendimento Educacional Especializado, com atendimento psicopedagógico e de assistente social.

Aliada ao atendimento especializado, uma outra forma de ajudar estudantes com deficiência intelectual a ter contato com o conteúdo estudado nas aulas de História são as atividades adaptadas. Estas atividades se trabalhadas com intencionalidade, podem ajudar os discentes a compreender e participar da aula, construindo assim seus conhecimentos.

O Decreto nº 7611/2011 que revogou o anterior de nº 6.571/2008, apresenta no seu 1º artigo algumas diretrizes para o público-alvo da educação especial, entre elas citamos as seguintes:

IV - garantia de ensino fundamental gratuito e compulsório, asseguradas adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais;

V - oferta de apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação; (BRASIL, 2011).

Observamos assim que a educação inclusiva tem um aparato legal que orienta escolas e docentes no sentido do que precisa ser feito para que ela possa acontecer na prática, de modo

que aqueles/as que dela participam possam de fato aprender e ter as suas necessidades educacionais atendidas. Ela nos confronta e nos convida a ação urgente de quebrar as barreiras que excluem, que discriminam e impedem que a escola seja efetivamente um ambiente agregador e transformador.

Pois, segundo Mantoan (2003, p.12) “a escola se entupiu do formalismo da racionalidade e cindiu-se em modalidades de ensino, tipos de serviço, grades curriculares, burocracia”, de modo que a proposta trazida pela inclusão provoca “uma ruptura de base em sua estrutura organizacional”, oferecendo, portanto, “uma saída para que a escola possa fluir, novamente, espalhando sua ação formadora por todos os que dela participam”.

Desta feita, o objetivo de todos/s os/as envolvidos/as no processo educacional (governo, família, escola) deve ser a aprendizagem dos/as estudantes. A aquisição de novos conhecimentos e saberes capazes de transportá-los ao passo seguinte, ao momento em que continuarão a galgar degraus e espaços rumo ao seu desenvolvimento. A sociedade como uma rede de relações (da qual a escola faz parte) não pode eximir-se de sua responsabilidade nessa caminhada.

Por compreender um conjunto de saberes em sua maioria teóricos, abstratos, a disciplina de História requer o uso da leitura e da escrita como forma de produção e entendimento, entretanto, como o/a estudante com deficiência intelectual apresenta um menor desenvolvimento dessas habilidades em relação a outras crianças, faz-se necessário o trabalho com imagens, com objetos concretos, para ajudar na aquisição de saberes.

Para desenvolver junto aos/as estudantes conhecimentos relacionados ao conteúdo tempo cronológico, por exemplo, foi usado relógio de pulso, calendário, amulheta e o celular como forma de mostrar instrumentos usados para marcação e contagem do tempo.

No conteúdo fontes históricas usamos fotos de estudantes da sala, moedas antigas e fotos da cidade para trabalharmos o conceito de fontes históricas, bem como para dar exemplos dos tipos de fontes históricas. Os conceitos de mudança e permanência foram trabalhados também com fotos deles/as, do município e imagens antigas e atuais de brinquedos, telefones, TVs entre outros. Antes de iniciarmos cada conteúdo sondamos o conhecimento prévio dos/as discentes, para compreendermos o que já sabem.



Alinhado aos conteúdos da disciplina buscamos desenvolver valores como amizade, respeito, cooperação e diversidade. Para que esse objetivo seja alcançado trabalhamos com músicas e também dinâmicas. Para citar um exemplo levamos a música Ser Diferente É Normal de Gilberto Gil (disponível em: <https://www.letras.mus.br/gilberto-gil/ser-diferente-normal/>). Lemos a letra da música e depois de ouvi-la, pedi que fizessem um desenho de si mesmos sem tirar o lápis do papel. No final observamos que todos os desenhos ficaram diferentes, mesmo tendo sido os mesmos comandos e o material de estudo ter sido igual para toda a turma. Após a socialização dos desenhos e o compartilhamento de suas impressões sobre a atividade realizada, os/as estudantes compreenderam que cada pessoa tem seu jeito de ser, tem sua forma de pensar e agir, e é isso que as torna tão especiais.

Desta feita, vamos fazendo nossa parte dentro das condições que temos e com o que nos é oferecido, buscando sempre o melhor para nossos/as discentes. Pois acreditamos em seu potencial e compreendemos que mais do que um direito, o acesso a educação é a base para a conquista de novos caminhos, novas possibilidades de vida diferentes das que nos foram traçadas pela sociedade e pelo mundo a nossa volta.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Pensando no valor imprescindível da educação nela nos envolvemos, levando em conta as ações que precisamos empreender para garantir que seja de qualidade para todos/as estudantes que cruzam o nosso caminho e nos dão a oportunidade de ajudá-los/as a transpor barreiras e caminharmos juntos em busca de seus sonhos.

Acreditamos na partilha de um conhecimento que nos faça perceber o elo que conecta diferentes saberes e realidades, mas só podemos vê-lo quando permitimos ao outro ser quem realmente é. Despidendo-nos de arrogância, preconceitos e juízos de valor, podemos descobrir que existem mundos individuais com uma sabedoria diversa, tão ou mais bonita e importante que a nossa; cada dono/a deste universo particular tem sua força, sua dignidade e sua razão de ser.

Ao cruzarmos esses universos permitimos que novas experiências e vivências sejam construídas, que novos saberes afluam e nos mostrem o quanto temos para aprender. Um encontro que oportunize mudanças significativas na vida de cada pessoa, seja como professor/a

ou como estudante, um conhecimento que possibilite mudar a maneira como nos vemos no mundo e como nos relacionamos com o mundo dos outros.

Assim é a proposta de uma educação inclusiva, olharmos para a pessoa e vermos todas as suas potencialidades, nuances e os caminhos que pode traçar na construção da vida que sonha, deseja e merece. Uma educação que permita a transposição de barreiras, que oportunize ir e fazer além do que esperam que façam, que possibilite a cada um/a ser quem é, vencendo os desafios diários que parecem querer transformar todos/as uma cópia do que já existe, de quem já é. Que essa educação torne-se possível e ao alcance de todos/as.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção IE, p. 39-40. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2024.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília (DF), Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. DECRETO Nº 7.611, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm#art11](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm#art11)  
Acesso em: 15 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Adaptações Curriculares em Ação. **Declaração de Salamanca**: Recomendações para a construção de uma escola inclusiva/ Secretária de Educação Especial. - Brasília: MEC/SEEP, 2002.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica**. Brasília. MEC, SEB, DICEI, 2013.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: história** / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC / SEF, 1998.  
<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-shttps://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/crianca-e-adolescente/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-versao-2019.pdf>  
[fobreducacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990.](https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-shttps://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/crianca-e-adolescente/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-versao-2019.pdf)

CASTRO, P. A.; SOUSA ALVES, C. O.. Formação Docente e Práticas Pedagógicas Inclusivas. **E-Mosaicos**, V. 7, P. 3-25, 2019.

CAVALLEIRO, Eliane. Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor. **In:** Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola. Eliane Cavalleiro (org.) São Paulo: Selo Negro, 2001.

CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. SILVEIRA, Denise Tolfo. **A pesquisa científica.** Disponível em: <https://docplayer.com.br/21969526-Unidade-2-a-pesquisa-cientifica.html>. Acesso em: 8 maio 2024.

FONSECA, J.J.S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**/Antônio Carlos Gil. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em:

[https://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.php/13410/mod\\_resource/content/1/como\\_elaborar\\_projeto\\_de\\_pesquisa\\_-\\_antonio\\_carlos\\_gil.pdf](https://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.php/13410/mod_resource/content/1/como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf). Acesso em: 12 maio 2024.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** — São Paulo: Moderna, 2003. — (Coleção cotidiano escolar).

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos, da escola à academia.** 4. Ed. — São Paulo: Rêspel, 2012.

YOUNG, Michael. **Para que servem as escolas?** Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 101, p. 1287-1302, set./dez. 2007. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em: 13 maio 2024.